HISTÓRIA E CIÊNCIA: ALGUMAS QUESTÕES DE MÉTODO E EPISTEMOLOGIA

José D'Assunção Barros

Epistemologia: de que se trata?

A Epistemologia surge, nos seus primeiros momentos, quando o pensamento filosófico começa a buscar o estabelecimento de uma relação entre conhecimento e realidade. Como o conhecimento é possível? Como ele ocorre? Que representação do mundo é válida e verdadeira? Que parte da realidade, se é que há uma, é cognoscível, apreensível por alguma forma de conhecimento humano? Quando a Filosofia começa a fazer perguntas como esta, o Conhecimento passa a ocupar uma posição central como o seu principal interesse, e já estamos então no âmbito de uma reflexão epistemológica, sendo possível dizer que aqui a Filosofia se transforma em uma Teoria do Conhecimento.

Percebe-se, então, que a epistemologia tornou-se possível a partir da mudança de um paradigma filosófico, tal como propõe Jügern Habermas (1990), e que as condições para o seu aparecimento no pensamento racionalista ocidental deram-se precisamente a partir do momento em que se acrescentou uma outra indagação à questão "o que é a verdade?", que até então havia reinado senhorialmente no castelo de preocupações da filosofia ocidental desde Sócrates e Platão, com todo o desenvolvimento da reflexão racionalista subseqüente. Tratava-se de indagar, a partir da virada

epistemológica, que "verdade" poderia se tornar "objeto de conhecimento", e como isto poderia se dar. E não tardaria muito a que se perguntasse se a verdade de fato existe. As grandes indagações filosóficas deveriam se voltar agora para a possibilidade de saber, por exemplo, como as crenças adquirem valor de verdade.

Uma vez que a epistemologia dirige-se aos problemas relacionados ao Conhecimento, desdobra-se daí uma preocupação com o aparato cognitivo que o torna possível. A Consciência – entendida como o centro deste aparato cognitivo – desdobra-se aqui como noção fundamental. Outra noção importante seria a de Linguagem – vista neste momento como meio que possibilita elaborar o conhecimento (e não como mecanismo que estrutura o próprio pensamento, tal como ocorreria depois com a chamada "virada lingüística"). De igual maneira, a noção de Método – o caminho através do qual pode se produzir o conhecimento em determinadas direções – torna-se um desdobramento necessário para as reflexões epistemológicas, e outras noções, tal como a dicotomização entre sujeito produtor de conhecimento e objeto do conhecimento terão aqui o seu lugar. Sobretudo, a relação possível entre sujeito e objeto, ou entre agente do processo cognitivo e realidade, torna-se uma reflexão imprescindível, de modo que aqui se afirmam também as noções de Objetividade e Subjetividade como instâncias que se afirmam nesta relação sujeito-objeto.

Certamente que a noção de "Ciência", entre todas estas e delas se valendo, é ela mesma problematizável. Logo veremos, ao indagar pela cientificidade ou não da História, que esta questão dependerá diretamente da maneira como delineamos o traço central do que seria Ciência. O que define Ciência? Uma abordagem? Uma Metodologia específica? Um tipo de objeto? A possibilidade de verificação? A possibilidade de se chegar a leis gerais? Uma vez definido o traço central que caracteriza a Ciência, os posicionamentos em torno da questão da cientificidade da História também se modificam, conforme teremos a oportunidade de ver. Por outro lado, para além deste "traço geral", que será a base do próprio problema aqui examinado, existe já um certo conjunto de características que parecem ser, de acordo com o consenso geral na comunidade científica, comum a todas as ciências. Entre estas citaremos a "Intenção da Verdade" (em tempo, não a possibilidade de se atingir a Verdade,

mas especificamente uma “intenção de verdade”), para além da “busca do conhecimento como objetivo em si”, a “liberdade de discussão e crítica”, e o “Diálogo e Consulta ao saber acumulado”[1]. Sem estas quatro posturas, não parece haver quem defenda a possibilidade de se estar diante de uma prática com vistas ao estabelecimento de um conhecimento de tipo científico.

Enfim, todas as noções acima evocadas – Consciência, Linguagem, Método, Sujeito, Objeto, Objetividade, Subjetividade, e a própria Ciência – tornar-se-ão imprescindíveis para discutir aspectos epistemológicos relacionados à História. De fato, seja na historiografia ou na filosofia da história, esta grande reflexão que poderíamos delinear como epistemológica se dirige mais particularmente às indagações sobre o que é o conhecimento histórico, e em que condições ele se torna possível. Haverá uma relação entre História e Verdade? Haverá possibilidade de produzir um tipo de conhecimento objetivo (e, neste caso, com que tipo de objetividade)? Ou a história associa-se, nos vários momentos da operação historiográfica, a subjetividades várias? Que método viabiliza a produção de um conhecimento histórico: seria este um método análogo ao das ciências naturais, ou necessariamente a História e as demais ciências humanas deveriam buscar o seu próprio padrão metodológico? De que operações e finalidades deveria se municiar a Consciência Histórica, na sua busca de produzir um conhecimento sobre a História válido e útil para a vida: deveria buscar a Explicação ou a Compreensão do mundo? E, por fim, uma pergunta que tem flutuado no que se refere a sua importância para as diversas épocas historiográficas: será a História uma Ciência?

As perguntas que se tornam possíveis à História no âmbito da Epistemologia são muitas, e refletiremos ou tangenciaremos algumas delas. A primeira delas, que muito ocupou os pensadores da historiografia no decorrer dos séculos XIX e XX, e que ainda hoje se torna objeto de indagações por parte de muitos dos historiógrafos, refere-se precisamente às relações mais imediatas entre História e Ciência.

---

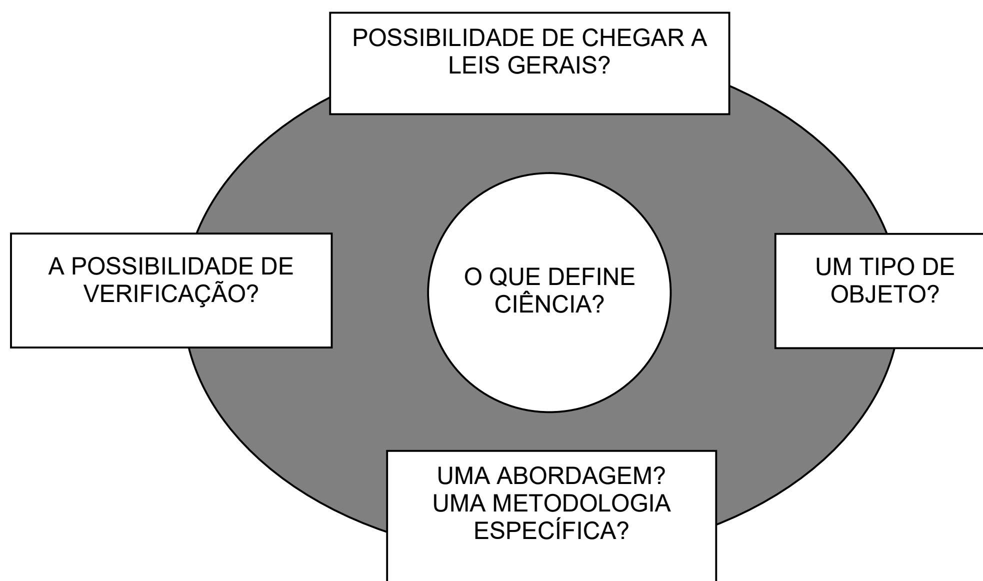
[1] Sobre este último aspecto ver BOURDIEU, 1980, p.24.

História e Ciência

Quando se examina comparativamente o início de século XX e o início do século XXI, com vistas a compreender as mudanças do papel da Ciência na sociedade, alguns contrastes sobressaem. Vivemos hoje em uma época da história contemporânea na qual a Ciência é freqüentemente chamada a conviver com concepções alternativas e questionamentos que postulam a possibilidade de se atingir conhecimento por outros meios que não apenas os autorizados pelos procedimentos científicos: pela intuição, pela imaginação, pela experiência mística, pela Arte. Tal como já assinalava Jonathan Culler em um ensaio publicado em 1982 com o título “Sobre a Desconstrução” – em plena fase de maior intensidade do debate sobre a Pós-Modernidade – a Ciência era vista pelos modernistas e estruturalistas da primeira metade do século XX como o máximo produto da modernidade. A Ciência era de fato “o alfa e o ômega dos modernistas e dos estruturalistas”, tal como em um texto de 1989 sobre *Historiografia e Pós-Modernismo* afirma Frank Ankersmit, que em seguida dá a perceber o desinteresse dos pós-modernistas e pós-estruturalistas em discutir o papel da Ciência no mundo contemporâneo.

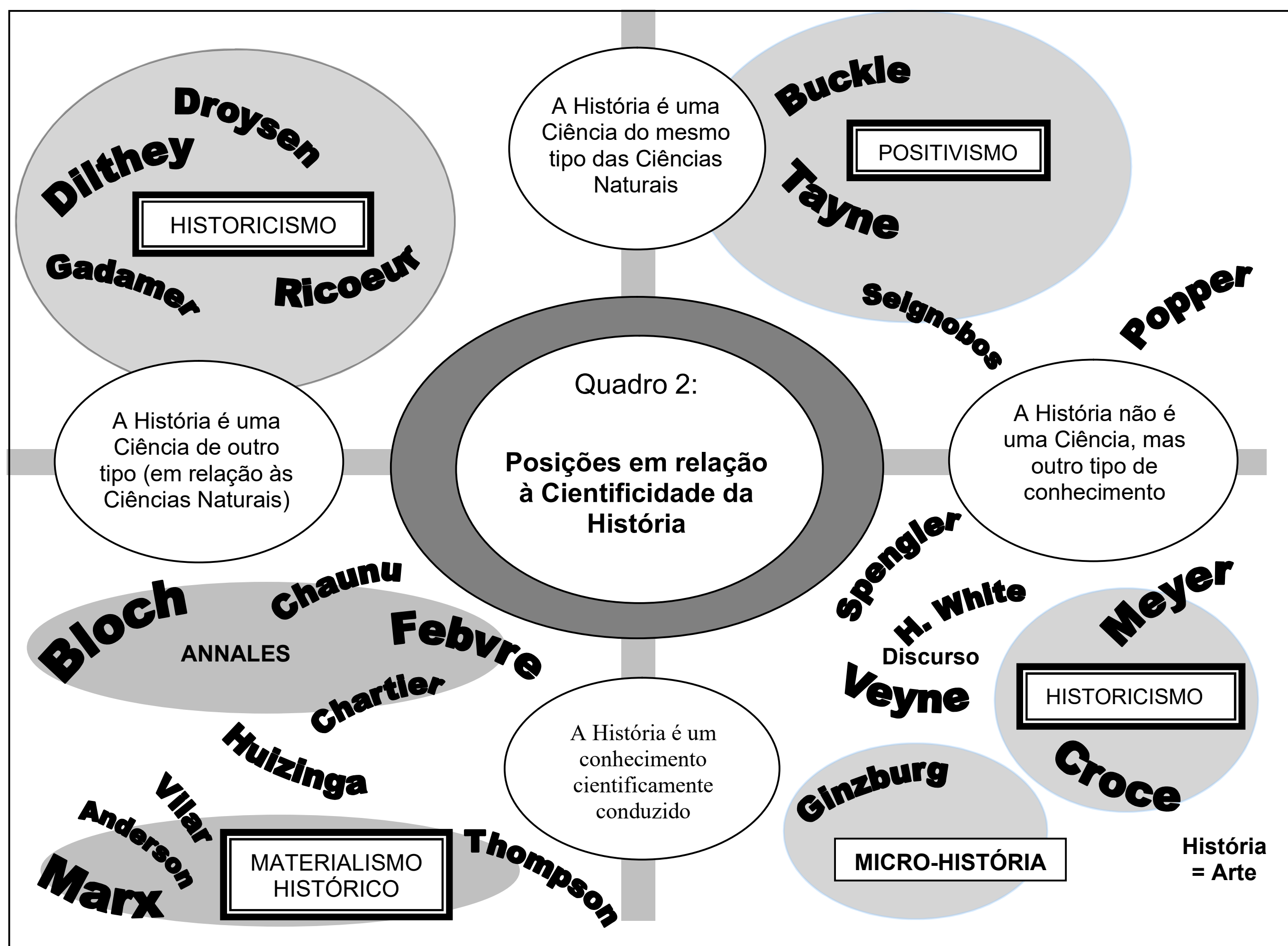
Este complexo debate, e estes mesmos deslocamentos relativos aos interesses em discutir a validade ou não de admitir um estatuto científico para a sua própria prática, também atinge os historiadores. Entre estes, é já bastante antiga a discussão sobre o estatuto epistemológico da História: Será uma Ciência? Que tipo de Ciência? É também um Discurso, uma Arte? Trata-se de uma discussão que tem ela mesma uma história, cheia de distintas tomadas de posição, de mediações e combinações, de afirmações e rejeições da cientificidade da História, de redefinições do próprio conceito de “cientificidade” de modo a ajustar o conhecimento histórico com vistas a permitir a sua integração a um certo quadro de disciplinas. No Brasil, o debate estava bem vivo nos anos 1980, nos anos 1990 ele retrocede, embora sem perder o interesse. No início do século XXI, ou já mesmo a partir da última década do século XX, ele retorna como uma sombra para trazer à contraluz um outro debate, que pergunta se a História é um Discurso, se aproxima-se da ficção, ou mesmo se é possível um conhecimento histórico confiável e útil para a vida.

Às posições de historiadores e filósofos perante a questão da cientificidade possível da História se diversificam, como não poderia deixar de ser. Adam Schaff, em seu ensaio *História e Verdade* (1971, p.67), procura mostrar que a variedade de posições possíveis sobre a questão decorre de uma série de indagações afins para as quais não existe uma resposta única. Alguns se perguntam: como poderá a História postular a sua cientificidade, se produz pontos de vista distintos sobre o mesmo fato. Ainda seguindo esta primeira indagação, poderemos perguntar, adicionalmente: o reconhecimento da subjetividade implica em não-cientificidade? A pergunta central, de todo modo, é a que gira em torno das definições de Ciência e cientificidade, e também em torno da existência ou não de um único modelo de cientificidade. O quadro abaixo evoca algumas possibilidades. Será que o que define a Ciência é a possibilidade de chegar a "leis gerais"? Será a possibilidade de verificação? Será um tipo de objeto? Será a Ciência definida por uma Abordagem, ou por uma metodologia específica? Outros aspectos poderiam ainda ser evocados, como a ligação do "científico" com as regras aceitas pela comunidade legítima dos praticantes da ciência em questão. Mas, por ora, consideremos estes quatro elementos.



Quadro 1: O que define "Ciência"?

O quadro 2 busca situar em um grande panorama, embora simplificado no que se refere às suas posições fundamentais, alguns historiadores e filósofos da História frente à possibilidade de se considerar (ou não), a História como Ciência. Trata-se apenas de um ponto de partida para nossas reflexões.



O Quadro proposto apresenta algumas questões clássicas sobre a cientificidade da História. A História é de fato Ciência? Ou é alguma outra forma de conhecimento, até mesmo uma Arte? Se é outra forma de conhecimento, será, ao menos, uma espécie de conhecimento cientificamente conduzido? E, se de fato trata-se a História de ser uma ciência, será uma ciência assimilável às ciências da natureza e às ciências exatas, ou será uma ciência de outro tipo, que constrói a sua especificidade a partir de outros

parâmetros, que lhe são próprios? As respostas dadas pelos historiadores a perguntas como estas tem variado muito, e nosso objetivo será o de mostrar essa imensa variedade de posicionamentos a partir de alguns exemplos, entre outros tantos que poderiam ser dados.

Para os historicistas alemães da primeira metade do século XIX, que instituem a História como disciplina universitária, a História é de fato uma Ciência *específica* que buscará se definir como atividade intelectual autônoma ao constituir seu próprio método de trabalho, com suas próprias normas (ARÓSTEGUI, 2006, p.100). Contrariamente, na mesma época afirmava-se na França e Inglaterra um paradigma positivista que procura aproximar as Ciências Humanas, inclusive a História, do modelo científico das Ciências Naturais, e teremos em Buckle e Taine alguns dos representantes mais típicos deste posicionamento. Já a Escola Metódica, que se fortalece em 1876, apresenta uma posição eventualmente ambígua, apesar da clara influência positivista. Alguns de seus historiadores afirmam que a História é Ciência, seguindo o padrão positivista. Esta era o caso de Fustel de Coulanges (1830-1889), que se apresentava como um seguidor do método cartesiano na História e que via esta como "pura ciência"[2]. Mas Seignobos, no manual de 1901 que se intitula "O Método da História aplicado às Ciências Sociais", afirmará que a história não é uma ciência, mas um meio de conhecimento. Na Alemanha, a nova geração de historicistas também se divide, embora tenda a conceber a História como Ciência. Mas temos o posicionamento marcadamente contrário de Edward Meyer (1855-1930), que em *Teoria e Metodologia da História* (1905) rejeita a possibilidade de se falar em uma ciência da História[3].

Enquanto isto, já com um ponto de vista decididamente moderno, Johannes Huizinga (1872-1945) afirmará em seu "Conceito de História" que a História é uma ciência sim, mas uma ciência produz uma versão do Passado e o reconstrói, já que não existiria algo como o "realmente sucedido" para ser

---

[2] Sobre isto, ver LEFEBVRE, 1971, p.217.

[3] Meyer acompanha o posicionamento historicista mais geral de que a História não deve se interessar pelos "fatores gerais da vida humana" (MEYER, 1965, p.42). A sua posição de que a História não é uma Ciência, que é menos comum no Historicismo, é acompanhada na Inglaterra por George Macaulay Trevelyan (1876-1962), que defende esta idéia em um artigo de 1903 intitulado "Clio, a Muse" (ARÓSTEGUI, 2006, p126-127).

reconstituído pelo historiador[4]. Com a idéia de “construção do Passado”, Huizinga antecipará uma postura que em geral será a dos historiadores dos Annales. Eles proporão definitivamente a idéia de que a história é uma “construção do passado” a partir de uma problemática levantada no Presente. E oferecerão algumas variantes com relação ao reconhecimento do estatuto da História. Marc Bloch afirmará na famosa *Apologia da História* que a História é uma “ciência em construção”[5], ao mesmo tempo em que para o seu grande companheiro, o Lucien Febvre de *Combates pela História* (1965), a História será um estudo “cientificamente produzido”. No limite, Pierre Chaunu (1923-2009), um dos principais representantes da segunda geração de historiadores dos Annales, afirmará em seu livro *História – Ciência Social* (1974) que “a história, ciência federadora de nosso tempo, nasceu entre 1929 e o início dos anos 30”, completando mais adiante que “o que é anterior tem valor de documento” (CHAUNU, 1974, p.56). Ou seja, a História é sim uma ciência, mas a História especificamente fundada pela escola dos Annales. Não as experiências historiográficas anteriores.

Enquanto se desenvolvem estas disputas em torno da cientificidade da História, e de quem legitimamente a conduz, já no âmbito do historicismo italiano, a passagem para as primeiras décadas do século XX conhecerão também a inusitada proposta introduzida pelo ensaio *A História Reduzida ao Conceito Geral de Arte* e pelo livro *Teoria e História da Historiografia* de Benedetto Croce (1866-1952), um historicista que combina a postura neo-kantiana com uma inspiração hegeliana, e que formula a idéia de que a historiografia seria não uma Ciência, mas sim uma Arte. Com isto o historicista italiano antecipava de alguma maneira uma discussão que praticamente só retornaria com maior intensidade com a polêmica do Pós-Modernismo, nas três últimas décadas do século XX, embora possam ainda ser citados outros nomes que, na primeira metade do século XX, também discutiram a semelhança entre

---

[4] Na “Definição do Conceito de História”, Huizinga registra que “a História é sempre, no que se refere ao passado, uma maneira de dar-lhe forma, e não pode aspirar a ser outra coisa. É sempre a apreensão e a interpretação de um sentido que se busca no passado” (HUIZINGA, 1946, p.90).

[5] Essa idéia de que a História é uma ciência em marcha será retomada anos mais tarde, na “Apresentação” de uma das obras coletivas da terceira geração dos Annales, o dicionário *A Nova História*, organizado por Jacques Le Goff (1978). O historiador francês intitulará o seu prefácio, significativamente, com a frase: “Uma ciência em marcha, uma ciência na infância”.

história e arte. Este foi o caso, por exemplo, de Richard Burdon Haldane (1856-1928), em uma obra intitulada *O sentido da Verdade na História*, datada de 1914[6].

É importante frisar, desde já, que as diversas considerações sobre a possibilidade de a História ser ou não uma Ciência ou não dependem, obviamente, da própria definição de ciência que se tem em vista, tal como já foi notado no início deste artigo e exemplificado com o Quadro 1. Apenas para dar um exemplo, Karl Popper (1902-1994), que registrou suas posições sobre a historiografia em um livro intitulado *A Miséria do Historicismo* (1957), pretende renegar à historiografia a dimensão da cientificidade principalmente porque atribui à Ciência a capacidade de fazer previsões. Portanto, aqui como em outros casos, é uma certa concepção do que se tem por cientificidade o que orienta a possibilidade de argumentar a favor ou contra a proposta de incluir a história entre as ciências. De maneira análoga, Carl Hempel (1905-1997), em seu ensaio sobre os "Problemas do Conceito de Lei Geral", sustenta que a cientificidade deve ser associada à possibilidade de explicar um fenômeno como subsumido a leis ou a uma teoria, o que o leva a negar a cientificidade, ao menos em parte, à historiografia de sua época (1970). Uma posição não muito distante é sustentada por Patrick Gardner, um autor particularmente interessado na *Natureza da Explicação Histórica* (1952), e que organizou um conjunto completo de fontes para o estudo das *Teorias da História*, no livro que recebeu este nome (1959)[7].

Há ainda os que definem Ciência através do tipo de método e da abordagem, e que, ao perceber claros contrastes entre os métodos e abordagens da História em relação ao paradigma das ciências naturais, são levados a concluir que a historiografia não deve ser enquadrada como ciência. Este não é o caso, como já fizemos notar, do Historicismo, que embora perceba e sustente claramente a distinção de métodos entre a História e as Ciências Naturais, nem por isso deixa de qualificar a História como um "outro

---

[6] "Uma história baseada apenas nos métodos científicos seria uma brincadeira" (HALDANE, apud. TEGGART, 1941, p.55).

[7] Comentários sobre as posições de Popper, Hempel, Gardner e outros, podem ser encontrados no capítulo "O Esgotamento do Modelo Acadêmico (1918-1939)" do livro História dos Homens, de Josep Fontana (2001, p.243-260). Sobre a filosofia de Popper, ver SCHILP (org.), 1974.

tipo de ciência". Já Oswald Spengler, no início do século XX, distingue a Ciência em oposição à História por considerar que a primeira se aproxima de seus objetos através da busca e utilização de leis, enquanto a segunda, a historiografia, deve se aproximar de seus objetos com o avivamento da intuição.

Seguiriam pela segunda metade do século XX as defesas da cientificidade da História. Roger Chartier, já escrevendo no início do século XXI contra o pano de fundo de uma torrente de posições que rejeitam a cientificidade da História, a História é, sim, uma prática científica – e justifica a afirmação no seu artigo "A História hoje: dúvidas, desafios, propostas", sustentando que a cientificidade da História ancora-se no fato de que ela possui regras que possibilitam controlar as operações a partir das quais se produzem certos enunciados (CHARTIER, 1994, p.111).

No âmbito do Materialismo Histórico, há uma tendência a seguir a posição de que a história é uma ciência. Mas assim mesmo há posições como a de Thompson, que sustentou em *Miséria da Teoria* (1978) que a história é um conhecimento aproximado, o que em sua argumentação seria impeditivo para atribui-lhe rigorosamente o status de ciência. Perry Anderson, outro dos mais iminentes historiadores marxistas da Inglaterra, fará a crítica desta posição em 1985, em um ensaio intitulado *Teoria, Política e História: um debate com E. P. Thompson*. Anderson afirmará neste ensaio que a característica de ser um conhecimento aproximado e a impossibilidade de verificação empírica não são impeditivos para categorizar um âmbito de saber como científico, sendo mesmo estas características a regra expressa pela maior parte das ciências. Enquanto isto, Pierre Vilar, historiador marxista que dialoga com os Annales, retoma a idéia de que a "história é construção" – idéia que aparece registrada, por exemplo, em um artigo de 1973 intitulado "Tentativa de diálogo com Althusser".

Já a necessidade de opor a ciência ou conhecimento histórico ao que é produzido pelas ciências naturais, segue sendo uma discussão atualizada na segunda metade do século XX. Assim, para os historicistas mais modernos ligados à hermenêutica, conforme veremos, a História segue sendo uma Ciência que tem as suas próprias especificidades. E, já em uma perspectiva distinta, o micro-historiador italiano Carlo Ginzburg sustentaria em um artigo brilhante, intitulado "Raízes de um Paradigma Indiciário" (1991), que a história

não seria u conhecimento ou uma ciência do tipo galileano, mas sim uma espécie de conhecimento indiciário (GINZBURG, 1991, p.143-179)

Mas haverá, por fim, aqueles que, como Paul Veyne ou Hayden White, rejeitam explícita ou implicitamente o estatuto científico da História. Paul Veyne, por exemplo, rejeita enfaticamente a cientificidade da História no seu livro *Como se Escreve a História*, de 1971, e já no seu ensaio de 1974 para a coletânea *Faire de l'histoire* (LE GOFF e NORA, 1974), no qual busca discorrer sobre "a história conceptualizante", admite que a historiografia apresenta "núcleos de cientificidade", mas sendo que estes são sempre relacionados com o empreendimento conceptual propriamente dito, e não com relação à construção de uma narrativa que tenha em vista o referente externo.

Questões correlatas à posição epistemológica da História no quadro geral das ciências humanas também trazem a primeiro plano discussões importantes, como a oposição entre Objetividade e Subjetividade e o grau e modo como estas instâncias interferem ou integram-se ao trabalho do historiador. Iluminam-se também, como já foi dito, as questões relativas ao Método, a partir das quais podemos nos perguntar se o método histórico é similar ao das outras ciências naturais – como postulariam os positivistas e evolucionistas sociais – ou se, admitindo-se a sua singularidade, deveria ser assimilado aos métodos das demais ciências humanas, ou apresentar especificidades suas, que desde logo assinalam a sua incontornável singularidade? Partiremos deste ponto, e para tal examinaremos um momento particularmente significativo dentro do qual se dá um debate que envolve simultaneamente as questões da relação entre Objetividade e Subjetividade no trabalho historiográfico, as questões de Método, e as indagações sobre o para do e posição do historiador como agente que produz ou participa da produção do conhecimento histórico. O momento escolhido é o da querela entre Positivismo e Historicismo, no decurso do século XIX.

Século XIX: o contraste entre Positivismo e Historicismo a partir das indagações epistemológicas

Já desde o século XIX o paradigma Positivista – padrão cientificista que buscava a identificação de leis gerais para a História – vinha se confrontando com o paradigma Historicista, este que, desde a contribuição de um Ranke que ainda acreditava na possibilidade de “contar os fatos tais como eles se sucederam”, foi abrindo cada vez mais espaço para o relativismo histórico. O Historicismo, em diversos de seus setores, foi apurando a percepção de que o historiador não pode se destacar da sociedade como pressupunha o modelo das ciências naturais preconizado pelo Positivismo e outras vertentes cientificistas das ciências humanas. Ao contrário disto, foi se afirmando cada vez mais no universo historicista a idéia de que o historiador fala de um lugar e a partir de um ponto de vista, e que, portanto, não pode almejar nem a neutralidade nem a objetividade absolutas, e menos ainda falar em uma verdade em termos absolutos. A Hermenêutica – campo de saber e reflexão dedicado à interpretação de textos e objetos culturais – foi se afirmando como importante espaço de reflexão a partir de filósofos e historiadores que realçavam a relatividade dos objetos, sujeitos, e métodos históricos.

Positivismo e Historicismo são dois paradigmas que se contrapõem como dois modelos antagônicos, e praticamente espelham-se (invertem-se) no que tange à questão da objetividade / subjetividade em História. O Positivismo já estava praticamente formado até as primeiras décadas do século XIX a partir das idéias de Augusto Comte, que postulava uma aproximação das Ciências Sociais em relação às Ciências Naturais tanto no que concerne à sua “objetividade”, encarada como absoluta, como no que se refere à sua busca de Leis Gerais para os desenvolvimentos humanos. Metodológica-mente, métodos das Ciências Sociais e Métodos das Ciências Naturais deveriam se aproximar.

Há uma razão para o fato de que o Positivismo já está praticamente pronto na primeira metade do século XIX. Na verdade, alguns de seus pressupostos são heranças do paradigma Iluminista para as ciências do espírito. Os iluministas também acreditavam, na possibilidade de descobrir Leis Gerais para as sociedades humanas, na possibilidade de aproximar os

métodos das ciências do espírito e das ciências naturais, e na idéia de que o pesquisador podia e devia se colocar em uma atitude de neutralidade perante seu objeto científico. Esse receituário, porém, era para o século XVIII bastante revolucionário, pois vinha a se contrapor contra uma escolástica tardia que se apoiava em argumentos de autoridade. Metáforas organicistas, emprestadas ao mundo natural, eram empregadas para falar no parasitismo social das classes aristocráticas. O Iluminismo sintonizava-se com o movimento revolucionário que logo explodira na França, e representava um modelo de pensamento produzido, sobretudo, por uma burguesia revolucionária.

O Positivismo, no século XIX, estará a reboque de uma burguesia que já chegara ao poder. As metáforas organicistas ou físicas – uma fisiologia social ou uma matemática social – são utilizadas agora com objetivos conservadores. Ao Progresso dos iluministas juntara-se a Ordem. E os cientistas sociais estariam a serviço do Estado, da ordem burguesa, e não sintonizados com atividades revolucionárias. A conciliação de classes é o seu objetivo maior. Estas idéias constituem um dos dois principais paradigmas dominantes para as ciências sociais no século XIX.

Na historiografia, é sobretudo a partir de meados do século XIX, com as obras de Taine, Renan e Buckle, que o Positivismo se afirma; nas últimas décadas do século XIX, esta corrente vai influenciar a nascente "Escola Metódica" da França, que a partir de 1876 se afirma com a publicação do primeiro número da *Revue Historique*, uma revista que trará na sua comissão editorial nomes da antiga geração positivista – como Taine e Renan – e novos nomes da escola metódica como Monod e Lavisse. Os metódicos acompanham os positivistas no que concerne ao entendimento da História como ciência, mas, rigorosamente falando, não estarão empenhados na busca de Leis Gerais e nem professarão determinismos à maneira de Taine. Portanto, os metódicos incorporam a influência positivista, mas estão a meio caminho de algumas posições do historicismo.

Já uma reflexão sobre a natureza do conhecimento histórico, bem ao estilo positivista, segue com livros como o de Louis Bourdeau, que é publicado em 1888 com o título *L'histoire et les historiens: essai critique sur l'Histoire considerée comme science positive*. Todos os pilares fundamentais do Positivismo são reafirmados aqui: a busca de Leis Gerais, a objetividade

metodológica aproximada à das Ciências Naturais, a Neutralidade de um historiador que devia se destacar do seu objeto de estudo e observá-lo distanciadamente, e mesmo o uso de uma linguagem tão formalizada quanto possível, avessa à narratividade. Enquanto isto, Paul Lacombe também sustentaria em 1894 uma discussão sobre a cientificidade da História em termos positivistas, sustentando a existência de leis do desenvolvimento histórico em seu ensaio *De l'Histoire como science*.

Enquanto isto, a escola Metódica e seus herdeiros irão publicar manuais com idéias positivistas até meados do século XX, como os manuais de Wilhelm Bauer e Louis Halphen, respectivamente publicados em 1921 e 1946, ambos com o nome *Introdução à História*. Um destes manuais, aliás – o de Luis Halphen – é citado no artigo de Fernando Braudel sobre “História e Ciências Sociais: a longa duração” (1958) como exemplo de historiografia tradicional e retrógrada, precisamente em uma passagem na qual se diz que o historiador apenas precisa esperar de suas fontes que estas deixem falar os fatos por si mesmos. Mas o mais famoso dos manuais, certamente, o de Seignobos e Langlois, escrito em 1898 e duramente criticado pela Escola dos Annales na terceira década do século XX.

Ao contrário do Positivismo, que praticamente já estava formado na primeira década do século XIX em virtude de ter herdado do Iluminismo os seus principais paradigmas (aplicando-os para um uso conservador), já o Historicismo irá construir passo a passo o seu paradigma no decurso do século XIX, embora já existam sinais deste paradigma nas concepções sobre a História de vários filólogos, filósofos e teólogos da segunda metade do século XVIII, a começar com a contribuição de Johann Martin Chladenius, que já tecia reflexões sobre a relatividade dos juízos históricos. Estas várias posições, aliás, foram bem estudadas por Reinhart Koselleck em sua obra *Futuro Passado* (2006, p.287-289).

O Historicismo, no formato que terá a partir do século XIX, parte de posições que podem ser consideradas conservadoras, a serviço dos grandes estados-nacionais, e Ranke ainda acredita ser capaz de “contar os fatos tais como eles se deram”. Mas já não acreditam em uma História Universal humana, e sim em histórias nacionais particulares, de modo que já se vê aqui um primeiro princípio de aceitação da relatividade historiográfica – neste caso

ao nível do objeto de estudo. Cada vez mais, o pensamento historicista irá investir na idéia de que as ciências humanas deveriam buscar métodos próprios, e não procedimentos emprestados às ciências da natureza. Logo surgiria a Hermenêutica para opor a "explicação", própria das ciências naturais, à "compreensão", própria das ciências humanas. E, por fim, nas últimas décadas do século XIX, alguns setores historicistas completam uma virada relativista: já acreditam que também o historiador, e não apenas as sociedades examinadas, está implicado na sua especificidade. Quando se chega a este ponto, Positivismo e Historicismo já se espelham perfeitamente com relação aos principais aspectos que se referem à relação entre Objetividade e Subjetividade Historiográfica. Os desenvolvimentos de uma consciência cada vez maior da historicidade do próprio historiador levarão, ainda no século XIX, ao desenvolvimento da Hermenêutica. O 'Quadro 3' ilustra este espelhamento entre as posições fundamentais do Positivismo e do Historicismo com relação às questões acima discutidas.

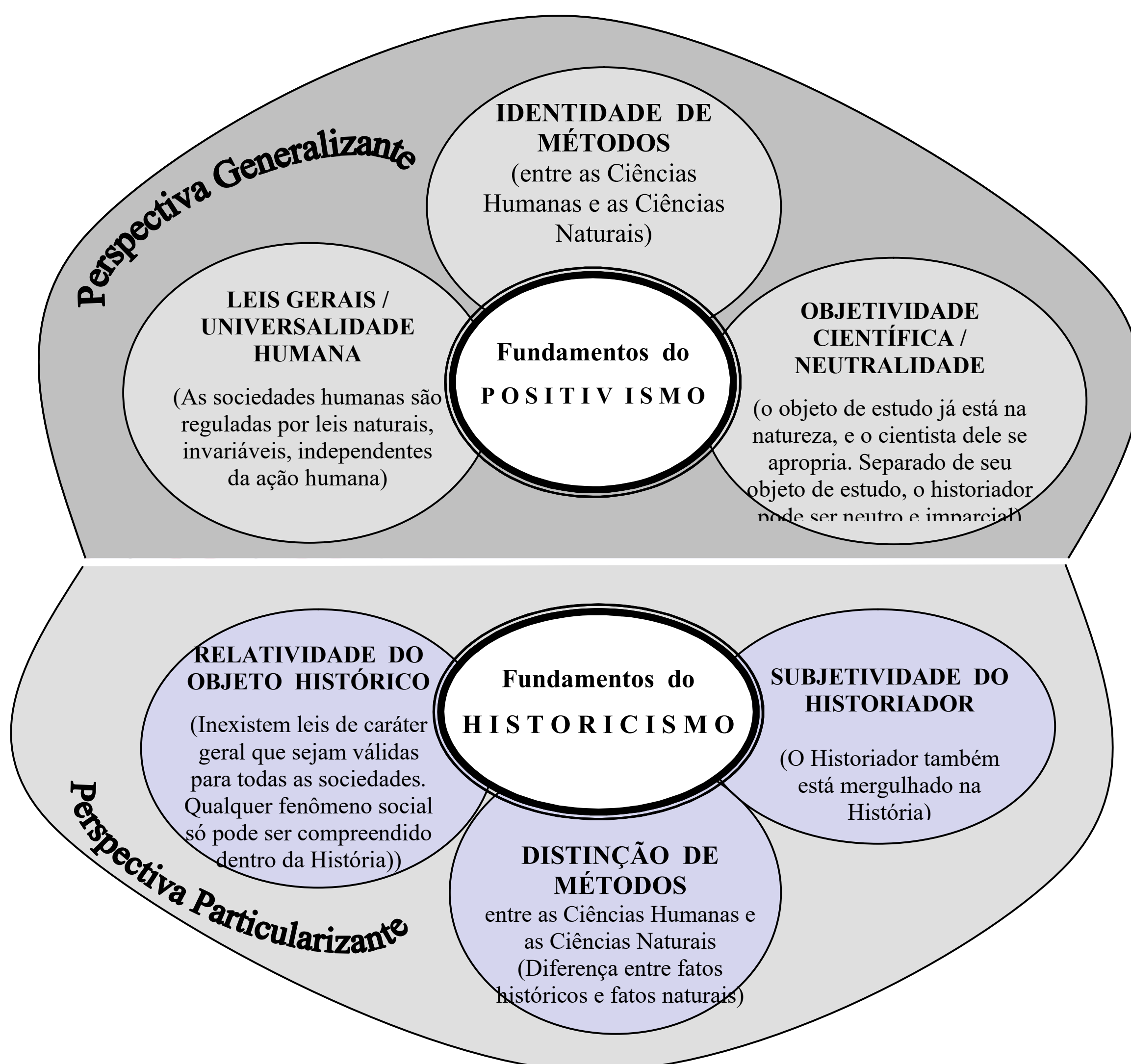
A Alemanha e a França, espacialmente, tornaram-se palcos privilegiados para a expressão dos paradigmas Historicista e Positivista, respectivamente. Obviamente que em ambos os países haveria as exceções, e Karl Lamprech pode ser citado como um exemplo de historiador alemão que menos se aproxima da posição clássica do historicismo que do Positivismo, já que postula categorizações gerais para a análise da História, na verdade mais direcionadas para a psicologia e cultura. Nisto também se destaca dos historiadores de seu tempo, pois já antecipa de alguma maneira a modalidade da História Cultural e também a abordagem da História Comparada, para não falar do diálogo com a Psicologia.

Na Itália, para dar um exemplo fora da oposição tradicional entre Alemanha e França, reedita-se no quadro nacional de historiadores a querela entre Historicismo e Positivismo. O Historicismo irá ser representado por Benedetto Croce (1866-1952), e o Positivismo por Pasquale Villari (1827-1917).

Para a História, as contribuições historicistas no âmbito do reconhecimento da relatividade histórica e da Hermenêutica, e as solitárias críticas nietzschinianas às verdades racionalistas, posteriormente revivificadas pelas crises do conhecimento e das meta-narrativas, favoreceram a que gradualmente se fosse aguçando nos historiadores a plena consciência da

historicidade de cada ponto de vista. Gadamer, historiando uma contribuição hermenêutica que começa a adquirir impulso no século XIX a partir da abordagem ainda romântica de Schleiermacher, e que avança pela hermenêutica historicista de Dilthey até chegar a *O Ser e o Tempo* de Heidegger, indica em sua obra máxima – *Verdade e M*étodo – mas também na série de conferências que foi publicada sob o título *A Consciência Histórica*, uma singularidade maior do homem contemporâneo: a sua "consciência histórica". A consciência histórica, apresentada não apenas como um privilégio, mas talvez mesmo como um "fardo", é uma singularidade que diferencia o homem contemporâneo – entendido como o homem do século XX – de todas as gerações anteriores. Gadamer define a consciência histórica como o privilégio do homem moderno de ter "plena consciência da historicidade de todo o presente e da relatividade de toda a opinião".

Quadro 3: Paralelo Comparativo entre Positivismo e Historicismo



Eis aqui, na intensificação da “consciência histórica” tal como formulada por Gadamer a partir da tradição hermenêutica, na tendência crescente do historicismo relativista a vencer cada vez mais o sempre aberto debate contra o cientificismo e positivismo nas ciências humanas, e na reintensificação das idéias de Nietzsche através de autores como o Michel Foucault de *A Verdade e as Formas Jurídicas*, o ambiente intelectual que favorece uma implacável crítica à idéia de uma rigorosa possibilidade de atingir uma Verdade (no sentido absoluto) através da História, tal como a havia vislumbrado a maior parte dos historiadores do século XIX. Outros aspectos, ainda mais, poderiam ser citados como reforçadores do ambiente que favorece a crítica ou a relativização historiográfica da Verdade, entre os quais a emergência das pesquisas freudianas sobre o inconsciente, noção também incorporada muitos historiadores, ou mesma a própria emergência de paradigmas alternativos entre as ciências exatas, antes unificadas pelo modelo newtoniano da Física. Mas o que nos interessará, a seguir, será avançar para um outro momento da reflexão sobre a cientificidade da História.

Os Annales e sua posição com relação à cientificidade da história

Os Annales constituíram um movimento historiográfico que empreendeu profunda revisão sobre o que deveria ser a História nos tempos contemporâneos, e que submeteu à crítica todo um setor já tradicional da historiografia herdada do século XIX, e que adentrara o século XX. Neste processo em que os Annales buscavam afirmar-se no território das ciências humanas e, ainda mais especificamente, no universo institucional francês, também ocorreram estereótipos de que os Annalistas lançaram mão para depreciar uma historiografia que apodaram de “história historizante”, mas que certamente não recobria toda a historiografia de seus opositores institucionais, já que também havia grandes historiadores antenados com as mudanças dos novos tempos e que pertenciam a outras escolas históricas. De todo modo, o projeto do Annales viu-se vitorioso e favoreceu-se o registro de uma História da escola dos Annales conforme um relato por vezes triunfalista. Autores como

François Dosse, em seu impactante livro intitulado *A História em Migalhas* (1987), procura nos dar uma leitura desta luta de formação dos Annales nos primeiros tempos, e também das descontinuidades existentes entre as duas primeiras gerações dos Annales e a chamada terceira geração, também muito conhecida como Nouvelle Histoire.

De todo modo, um ponto importante para os Annales das primeiras duas gerações era, ao menos em alguma medida, o da cientificidade da história, noção com a qual visivelmente não quiseram romper. Por outro lado, tal como ilustra um Editorial de François Furet para a Revista dos Annales já em 1989, este historiador já renega mais ou menos explicitamente que a História seja uma ciência no sentido habitual, concedendo apenas que a História postule o estatuto de cientificidade no sentido de ser um discurso que produz "modelos de cientificidade". As duas posições revelam, portanto, entre as duas primeiras gerações dos Annales e a terceira geração, o deslocamento do desejo de afirmação da cientificidade da história para uma secundarização desta questão, ou para um certo desprendimento da pretensão ao estatuto científico por parte dos historiadores do grupo. Não se trata, na verdade, de um depoimento isolado, e há outros textos que deixam entrever este aspecto.

Começaremos, todavia, pelos primórdios dos Annales. Embora postulando para a história o estatuto de Ciência, os annalistas dos primeiros tempos procuraram discutir o conceito de "cientificidade", e o tipo de "ciência" que os novos historiadores deveriam buscar. Comecemos por fazer notar que, para os annalistas das primeiras décadas, em sua maioria, a História poderia perfeitamente postular o seu lugar entre as Ciências. Deveria constituir, contudo, um outro tipo de Ciência, que não o das Ciências Naturais, ainda que alguns annalistas buscassem incorporar influências deste antigo modelo através da mediação das Ciências Humanas recém-emergentes que já buscavam a estabelecer uma mediação em relação aos modelos das ciências naturais. De todo modo, o importante a ressaltar é que os principais annalistas procuraram delimitar de maneira original o estatuto epistemológico da História.

Bloch, em *Apologia da História*, a considera uma "Ciência em Construção". Febvre, em *Combates pela História* (1965), a classifica como um "estudo cientificamente conduzido". Todos se ampararam amplamente no novo conceito de "História-Problema" – um conceito que coloca a formulação do

Problema e de Hipóteses como ponto de partida da pesquisa, ao contrário do ponto de vista da História Historizante, que situava os documentos e os fatos pré-estabelecidos que se deveria recuperar como ponto de partida.

Desde já, será oportuno considerar que não é possível falar em um paradigma unificado dos Annales. Não há homogeneidade no conjunto dos seus participantes com relação a certos aspectos que permitiriam falar em paradigma. Fora o conceito de Longa Duração, e a noção de História-Problema, os Annalistas não constituíram um modelo teórico da realidade, ou uma certa rede conceitual que os membros desta escola seguissem de modo a estabelecer um diálogo e um fundo comum tal como ocorre, por exemplo, no âmbito do Materialismo Histórico. Deste modo, não constituindo um paradigma ou uma unidade epistemológica, é bastante flutuante o conjunto de posições dos historiadores dos Annales face à cientificidade ou não da História e, mais especificamente, do tipo de história que predominava tendencialmente no grupo.

José Carlos Reis, em um ensaio no qual elabora um balanço que apresenta o desenvolvimento "Da História Global à História em Migalhas", e que traz por subtítulo a instigadora pergunta "o que se ganha, o que se perde?", ressalta que por vezes os annalistas, que tinham como outro de seus traços comuns a Interdisciplinaridade, podiam optar por modelos ou posicionamentos epistemológicos sintonizados com a ciência social trazida para diálogo mais freqüente por este ou aquele historiador (REIS, 2000, p.192). Deste modo, a dificuldade de identificar o "núcleo duro" da escola é posta em relevo pelo historiógrafo.

Mais fácil do que falar da "epistemologia histórica" dos Annales, é identificar um certo Programa da Escola, que apresenta alguns elementos recorrentes, mesmo considerando as chamadas três gerações dos Annales. A Interdisciplinaridade (notadamente o diálogo com as ciências sociais emergentes ou em processo de afirmação), a idéia de que a História deve ser colocada como "construção do Presente", a oposição de uma "História Problematizada" a uma história factual ... eis aqui alguns aspectos que se destacam do conjunto. Outros aspectos do Programa dos Annales, se assim podemos dizer, referem-se muito mais a oposições e estratégias de enfrentamento, ou a rejeições de dogmas. Ao mesmo tempo em que se abrem

à experimentação, os Annales insistiram constantemente em afirmar a sua recusa de dogmatização, ou mesmo de sistemas. Mais recorrentes em todos os annalistas eram dois traços importantes, conforme destaca José Carlo Reis no mesmo ensaio: "a estruturação do evento" e a "prática da interdisciplinaridade".

O Febvre da primeira fase buscou frisar o papel da História como "estudo cientificamente conduzido", evitando classificar a História como "ciência". Preferia se expressar nestes termos, por um lado, para se afastar da identificação com a postura cientificista dos positivistas; por outro lado, colocar nestes termos o estatuto epistemológico do tipo de História que os Annales almejavam produzir permitia trabalhar mais com o probabilismo do que com a mensuração. Estávamos aqui, ainda, nos primórdios de formação do grupo. Logo, com a estrondosa abertura de um campo novo pelos Annales – a "História Serial" – a opção pelo mensurável invadiria a cena de maneira significativa. Mas, no período de encaminhar estratégias ainda para a formação do grupo, Febvre preferiu se expressar nos termos da hábil fórmula do "estudo cientificamente conduzido".

Também é útil notar que tanto em Febvre como em Bloch, aparece a definição da História como "ciência dos homens no tempo". É assim que Marc Bloch se expressa em um famoso trecho de seu livro *Apologia da História* (2001, p.55), precisamente na parte do livro em que discute este que é um dos aspectos distintivos da História: o tempo.

A segunda geração dos Annales traz a primeiro plano, em uma de suas duas principais correntes, o "número", a "quantificação", a "serialização". Com os historiadores econômicos e demográficos, portanto, o campo metodológico explorado pelos annalistas abre-se mais significativamente para a incorporação de métodos que buscam apreender através de grandes séries de dados ou informações a repetição, mas também a variação, a tendência. Ao mesmo tempo, Fernando Braudel exploraria a segunda corrente importante desta época: aquela que investia na possibilidade de trabalhar com uma "História Global", o que, de certa maneira, era uma herança mais direta de Marc Bloch. Portanto, esta geração partilha-se entre o "estrutural" – uma continuidade aprimorada do que já havia sido lançado pela primeira geração – e o quantitativo conjuntural, de certa maneira uma novidade que permitiu, diante da

possibilidade de lidar com grandes massas de dados, com extensas séries de informação, uma certa "euforia cientificista", para utilizar uma expressão de Noiriel em seu artigo de 1989, incluído na revista dos Annales com o título "Por uma abordagem subjetivista do social" (REIS, 2000, p.194). Esta euforia cientificista, quase uma fetichização do quantitativo em alguns casos, também encontraria os seus próprios limites, que já começavam a se insinuar nos anos 1960. É sintomático o artigo de Witold Kula para a mesma *Revista dos Annales*, incluído no n°2 de 1960 com o título "História e Economia: a Longa Duração", no qual o historiador polonês procura problematizar as tensões entre a interação entre "história serial" e "longa duração", já que quando a série começa a abranger um período de tempo demasiado extenso, começa a perder homogeneidade e a comprometer tanto a exatidão como a comparação dos vários segmentos da série. Mais tarde, já em 1980 e no balanço em forma de diálogo publicado no livro partilhado por Lardreau e Georges Duby, este último criticaria o mesmo fetiche da quantificação, quando impulsionado pela ilusão de cientificidade.

A terceira geração dos Annales, e uma nova postura em relação à questão da cientificidade da história

As críticas de Duby são sintomáticas de uma mudança que se processara no próprio interior dos Annales, na passagem da segunda para a terceira geração. Os historiadores da *Nouvelle Histoire* já não aceitavam, ou ao menos já não eram muito entusiastas, da idéia de cientificidade da História. Sinal bastante evidente disto, que tomaremos para exemplificação, é o posicionamento de François Furet, que inclusive redige um Editorial para a revista dos Annales de 1989 tangenciando a questão.

Para Furet, a História não é ciência – e sempre oscilará entre a arte da narração, a inteligência do conceito e o rigor das provas (REIS, 2006. p.2). Neste aspecto, Furet se distancia do ponto de vista predominante nos Annales com relação à cientificidade da História. Para evocar as palavras de Reis (2006), ele não se iludiu com a "euforia cientificista da longa duração, do quantitativismo e da história-problema". Para Furet, não havia incompatibilidade

entre “História-problema” e “narração”. Ele já acompanhava as afirmações de Ricoeur, nos anos 1980, para quem mesmo a história mais estrutural.

Para entender em que sentido François Furet não vê uma incompatibilidade entre “narrativa” e “história problema”, valerá a pena refletir mais demoradamente sobre que tipo de Narrativa era estigmatizado pelos Annales dos primeiros tempos, quando estes opunham sua pretensão de uma história que deveria constituir um novo tipo de Ciência. A Narrativa que os Annales depreciavam era a “narrativa historizante”, a que postulava coincidir com o real e com o que realmente aconteceu. Esse tipo de narrativa organizava os eventos em uma trama cujo fim já se conhecia antecipadamente. O seu modelo maior era a Biografia, e não é a toa que este tenha sido um dos gêneros tendencialmente rejeitados pelo conjunto dos annalistas. Um dos principais traços deste tipo de narrativa, do ponto de vista estilístico, era o ocultamento do narrador, o que reforçava a impressão de que o texto histórico assim construído coincidia efetivamente com o passado real. Além disto, este modelo narrativo implicava em uma temporalidade linear e irreversível, na qual os eventos – únicos e incomparáveis – eram organizados em um continuidade – uma continuidade, conforme já destacamos, teleológica. O que o historiador tradicional buscava com este tipo de narrativa era um efeito de objetividade – que visava fazer o leitor crer que o real coincidia com o que de fato estava escrito – e “narrar”, deste ponto de vista, era “mostrar” o que de fato acontecera. Deve-se considerar, acima de tudo, que este modelo narrativo era precisamente o que interessava às elites políticas que financiaram o projeto histórico dos historiadores ligados aos estados-nacionais, uma vez que, com este modo narrativo teleológico e que pretendia alcançar a única verdade, oferecia-se à ordem política vigente a respeitabilidade de uma origem e a promessa de uma continuidade ancorada em um consenso obtido pelo ponto de vista único, o ponto de vista que examinava a História de cima, a partir das perspectivas e das ações da elite política.

É muito interessante destacar que, bem antes dos Annales, o sociólogo durheiminiano François Simiand já denunciava as implicações deste modo narrativo em seu livro de 1903, intitulado “Método Histórico e Ciência Social”. Neste texto, Simiand procurava opor as emergentes Ciências Sociais à História – tal como concebida por uma escola específica, a chamada “Escola Metódica”

que tinha em Seignobos e em Langloise seus principais nomes. Ainda mais oportuna é sua crítica aos três ídolos da tribo dos historiadores, uma vez que ali ele antecipa concepções da nova História que ainda estariam por se gestar a partir dos Annales: o ídolo político, o ídolo individual e o ídolo cronológico. Mas, enfim, essa narrativa historizante, teleológica, perspectivada de cima mas escamoteada como se representasse o ponto de vista consensual, o único possível, e também uma narrativa essencialmente política e linear, era o que começava a ser criticado pelas Ciências Sociais, que já começava a desenvolver no início do século XX uma vigorosa crítica que, por assim dizer, iria ser usurpada pelos Annales na sua estratégia de ascensão disciplinar e institucional. Não era todo tipo de narrativa que já mostrava fragilidade nos novos tempos em que começavam a se multiplicar as possibilidades metodológicas de análise historiográfica. De todo modo, a emergência da história estrutural como a grande novidade, somada às inflamadas críticas de Febvre à narrativa historizante nos seus *Combates pela História* (1953), tudo isso acabou contribuindo para uma efetiva retração do estilo narrativo na nova produção historiográfica.

Retornemos agora ao final do século – a historiadores como Furet e Georges Duby, que já não se encantavam tanto com a euforia cientificista que fora proporcionada pela história quantitativa e outras novidades do segundo pós-guerra. Nas últimas décadas do século XX, já se começara a pôr em cheque tanto as metodologias seriais como a importância de se afirmar o discurso da cientificidade como ponto fulcral para legitimar os Annales. A *Nouvelle Histoire*, então, já era um sucesso editorial, já tinha conquistado a mídia. Até mesmo para atender aos apelos desta mídia e do público ampliado de história, tornava-se oportuno construir um texto sedutor, envolvente, prazeroso e interessante para novos públicos. Em autores como Georges Duby, na sua produção de a partir dos anos 1980, já vemos como que uma substituição da antiga concepção do Passado construído como uma ‘Problematização do Presente’ por uma outra – a do Passado construído como uma ‘Representação do Presente’, no caso uma representação sedutora, que parece dialogar com a literatura, com a arte, com o cinema, e que se preocupa em trabalhar mais ativamente com o Imaginário e com a Imaginação. Há um importante livro-entrevista de Georges Duby em diálogo com Lardreau,

publicado em 1980, no qual Duby fala abertamente do papel da Imaginação na sua produção historiográfica. Isto é sintomático. Dificilmente, nos anos de preocupação dos Annales com o discurso da cientificidade, a questão da imaginação histórica, e mesmo da possibilidade de utilizá-la para preencher lacunas, poderia ser exposta com tanto entusiasmo por um historiador tão bem situado na vanguarda do movimento dos Annales. O movimento completava seu arco com relação à discussão da cientificidade historiográfica: esta não era mais uma questão tão importante.

Paul Veyne: uma posição específica em relação à (não) cientificidade da história

Outro historiador que recoloca em cheque o estatuto científico da História é Paul Veyne, autor que procura trazer para a historiografia um pouco das contribuições de Michel Foucault. Na verdade, Paul Veyne fora o primeiro historiador a elaborar um estudo mais sistemático fortemente amparado na crítica e rejeição das certezas e parâmetros que até poucos anos antes ainda fundavam a pretensão de cientificidade histórica a partir das abordagens quantitativa e serial. Este estudo, publicado em 1971, intitulou-se *Como se Escreve a História* (1971).

A concepção anti-cientificista da História proposta por Paul Veyne no célebre ensaio de 1971 trazia a marca da influência foucaultiana: a história aparecia aqui referenciada, pela primeira vez em uma formulação mais explícita, como um gênero literário que, se produzia explicações, isto não tinha nada a ver com cientificidade, mas apenas com a maneira específica que a narrativa histórica tinha para se organizar em uma "intriga compreensível". Este ensaio foi escrito dois anos antes de Hayden White publicar o seu *Meta-História* (1973), no qual de certo modo colocava em prática o que já aparece formulado em Veyne em termos de equiparar a História a uma intriga. A resposta a Veyne, ao menos a mais conhecida, veio no ano seguinte, em um ensaio escrito por Michel de Certeau para a *Revista dos Annales* intitulado: "Uma epistemologia de transição: Paul Veyne" (1972). Era o primeiro passo de uma reflexão crítica ainda mais aprofundada, e que já não se referiria

diretamente a Paul Veyne, mas que procuraria estabelecer um cuidadoso balanço sistemático dos aspectos envolvidos na “Operação Historiográfica” (1974). O texto tornou-se um clássico, e faria parte, no mesmo ano de sua publicação sob forma de artigo, da coletânea *Faire de l’histoire* organizada por Pierre Nora.

Com Paul Veyne, a reflexão sobre o relativismo da constituição do ‘tempo histórico’ e da obra historiográfica havia sido conduzida ao extremo. Ele considera que, fundamentalmente, o que o historiador faz é construir intrigas – o que para ele são os processos inteligíveis construídos pelo próprio historiador a partir de recortes da realidade vivida que chega do passado através de resíduos presentes nas fontes históricas. Livre para lidar com os fatos conhecidos e com as fontes que utiliza como materiais, e para, de acordo com seus próprios critérios, organizar em uma intriga os fatos, discursos e fragmentos que lhe chegaram do passado, o pensamento do historiador recorta um pedaço da vida (na verdade uma combinação de diversificados pedaços da vida) e organiza a partir daí a sua intriga. Desta maneira, o tempo e o recorte reconstituídos pelo historiador não se relacionam ao tempo cronológico, sendo rigorosamente falando construções do próprio historiador, resultados que são de um esforço criativo e de uma singularidade que lhe são próprios. Os fatos são selecionados, adaptados, conectados, ressignificados de acordo com os interesses da intriga que o Historiador está construindo; no entretece de sua intriga, de maior ou menor complexidade, cruzam-se itinerários narrativos possíveis. O conhecimento histórico aparece assim, plenamente, como reconstrução racional. O historiador dá a compreender intrigas humanas, mas não intrigas e processos que se deram no vivido real, ainda que intrigas que comportem veridicidade e que se baseiam nos materiais concretos que chegaram ao presente. Vista desta maneira, a História explica enquanto narra, mas esta explicação não é científica (VEYNE, 1971).

Algumas nuances separam o livro *Como se Escreve a História*, de 1971, de um texto intitulado “A História Conceptualizante”, escrito três anos depois para figurar na obra coletiva *Faire de l’histoire*, organizada por Pierre Nora e Jacques Le Goff (1974). Nesta, Paul Veyne já admite que a historiografia apresenta certos núcleos de cientificidade (mas sem constituir uma ciência). Retoma-se a idéia de que a História pode até mesmo ser

cientificamente conduzida – caracterizando-se por ser teórica, lógica, abstrata – mas não se constitui aqui uma ciência propriamente dita. Veyne parece neste texto reencontrar-se com Febvre, que muitas décadas antes já havia definido o estatuto epistemológico da historiografia em termos de um “conhecimento cientificamente produzido”.

Por fim, em uma aula inaugural de 1976 para o College de France intitulada “O Inventário das Diferenças”[8], Paul Veyne já não parece insistir muito na não-cientificidade da História. Para ele, a historiografia será o “Inventário Conceitual” das diferenças humanas – o campo de saber que buscará individualizar os exemplos trazidos pela história efetiva através das operações conceituais empreendidas pelos historiadores.

Relembrando Benedetto Croce: a história seria uma arte?

As três últimas décadas do século XX, com a emergência de uma agitada querela em torno da Pós-Modernidade, traria entre várias questões as recolocações sobre o estatuto e natureza da História: Seria a História um Discurso, mais ou menos impossibilitado de recuperar uma realidade vivida? Seria a História uma forma de literatura? Se fosse, e diante da crítica de suas possibilidades de atingir o Real, até que ponto poderia se confundir ou ser recoberta pela Ficção? Até que ponto, mesmo que considerando a cientificidade da História, o historiador não deveria se preocupar com a dimensão estética da História? No limite, a História poderia se reduzir a esta dimensão estetizante?

A discussão sobre uma possível natureza da História não mais como ciência, mas como possível forma de expressão artística, era uma das novidades trazidas pela querela, e Hayden White publicara em 1973 um livro intitulado *A Meta-História* na qual analisava a obra de grandes historiadores e filósofos da história como discursos em forma de prosa que tinham por trás de si determinados tropos lingüísticos, muito mais importantes para delinear o

---

[8] A Conferência foi publicada neste mesmo ano, com este título. No Brasil, foi traduzida em 1983. VEYNE, 1976 [1983].

padrão historiográfico de cada autor do que qualquer outro aspecto. Estas novas discussões, que agora indagavam pela natureza literária ou mesmo artística da História, soavam como uma novidade pós-moderna.

Na verdade, já em fins do século XIX e na primeira metade do século XX, a proposta de considerar a História como Arte vinha sendo apresentada por Benedetto Croce (1866-1952), um historicista italiano de inspiração hegeliana que escreveu alguns livros importantes tanto na área de História propriamente dita, como no âmbito da Filosofia da História, entre os quais *Teoria e História da Historiografia* (1917). O ensaio em que levanta a pioneira proposição sobre a natureza artística da História é na curiosamente o seu primeiro ensaio no âmbito da Teoria da História – um ensaio escrito em 1893 que traz um provocativo título: *A História Reduzida ao Conceito Geral de Arte*[9]. Para entender com precisão o tipo de associação entre História e Arte que Benedetto Croce pretende afirmar, é preciso atentar para a própria definição de Arte do autor. A Arte é para este uma atividade cognitiva, relacionada ao conhecimento do individual, bem ao contrário da Ciência, que é conhecimento do geral (COLLIGNGWOOD, 2001, p.297). Enquanto isto, para Croce, só praticaria Ciência aquele que pensa o caso particular como compreendido em um conceito geral[10].

Avançando na mesma direção das idéias de Croce, Collingwood (1889-1943) – que recebe a sua influência, mas propondo uma ressalva crítica – destaca em *A Idéia de História* (1946) o aspecto de que para Croce só há um dever da História: o de narrar os fatos, sendo que a investigação das causas não seria mais que uma “observação mais rigorosa dos fatos, apreendendo as relações individuais que existem entre eles” (COLLIGNGWOOD, 2001, p.297). A ressalva crítica de Collingwood é que, reconhecendo-se o valor da argumentação de Benedetto Croce, a História e a Arte seriam realmente passíveis de comparação, inclusive como já haviam proposto Dilthey (1883) e Simmel (1892). Afinal, tanto na História como na Arte não haveria uma busca da percepção de leis gerais, e sim uma relação direta com o individual, que é

---

[9] Um ano depois da publicação deste ensaio, Windelband iria escrever em 1894 um outro ensaio tratando da questão e questionando a afirmação de que a História é uma Ciência. Também Dilthey em 1883 e Simmel em 1892, citados por Croce, já haviam proposto esta mesma comparação entre História e Arte.

[10] Sobre isto, ver SCHAFF, 1995. p.109.

contemplado tanto pelo artista como pelo historiador, embora de maneira diferenciada. Mas a legitimidade de comparar as duas atividades por oposição à Ciência não significaria reconhecer uma "identidade" entre Arte e História, como teria feito Croce, uma vez que o tipo de contemplação e de relação com o individual é realizado de maneira distinta por artistas e historiadores. Ao estabelecer uma "identidade" entre as duas instâncias (indo além da comparação ou da analogia), Croce teria neste trabalho inicial confundido em uma só coisa os dois modos de contemplação respectivamente próprios do historiador e do artista: a intuição do individual e a 'representação' do individual (COLLIGNGWOOD, 2001, p.297).

Para Benedetto Croce – e isto ficará ainda mais claro em *Teoria e História da Historiografia* (1917), que revê ou aprimora algumas posições relacionadas à natureza do conhecimento histórico – é a de que a elaboração da História corresponde de todo modo uma "intuição do real". Trata-se de um ato subjetivo que se manifesta na mente do historiador como "reatualização", portanto um fato de imaginação que em seguida é exposto sob a forma de discurso, e seria este o sentido mais preciso da sua famosa frase "toda história é contemporânea" (ARÓSTEGUI, 2002, p.136). Quando Lucien Febvre retoma esta frase mais tarde, em Combates pela História, ele estará lhe emprestando um sentido ligeiramente diferenciado: a História, como estudo cientificamente produzido, começa a ser elaborada a partir de um "problema" levantado no presente, de modo que cada Presente termina por reconstruir o Passado a cada operação historiográfica, mas, certamente, dentro de certos procedimentos que lhe trazem um caráter científico. Já com Benedetto Croce, a frase "toda história é contemporânea" implica em uma declaração de plena subjetividade do historiador, que reatualiza o Passado em sua mente, dá-lhe uma expressão criativa relacionável mais à Arte do que à Ciência, e por fim a expõe em forma de discurso.

Em uma linha análoga e influenciada por Croce, viriam mais tarde as contribuições para a compreensão da natureza da História de Collingwood, com o seu *A Idéia da História*. Mas de todo modo, tal como já foi ressaltado, Collingwood situa-se em uma posição razoavelmente crítica ao comentar o ensaio datado de 1893 no qual Benedetto Croce enuncia pela primeira vez sua proposição de que a História é Arte.

Conclusões

Dizer que a História é Ciência ou não, como se deve ter percebido, é operação discursiva que passa pela necessidade de definir os dois termos em questão. O que se entende por Ciência? O que se entende por História?

Assim, se tomamos exemplificativamente o ponto de vista de Benedetto Croce em *A História reduzida ao Conceito Geral de Arte* (1893), que é reencaminhada por Collingwood em *A Idéia de História* (1946), veremos que, para Croce, e também para Collingwood, o objetivo dos cientistas é compreender os fatos no sentido de reconhecê-los como exemplos ou aplicações das leis gerais; já o papel dos historiadores é "contemplar" os fatos, tal como o artista. Desta maneira, os dois papéis previstos para a Ciência e para a História nestes autores não se coadunam, não tornam a relação possível. É um exemplo claro de que a afirmação de que a História é uma Ciência (ou não) depende do delineamento que se dá a cada um destes termos, e do tipo de relação que então se torna possível. Vale lembrar que, posteriormente, Croce reelaborou a sua concepção de que a História é uma Arte, e uma forma muito particular de arte, voltada para a narração do possível, em favor de uma reivindicação da 'autonomia da história' face à Filosofia e à Ciência. Esta é já a posição que aparecerá em *Teoria e História da Historiografia* (1917).

Já Roger Chartier, em seu artigo "A História hoje: dúvidas, desafios, propostas" (1994), compreende tanto a Ciência como a relação que se torna possível entre Ciência e História a partir dos procedimentos de controle reconhecidos pela comunidade disciplinar que rege esta ou aquela modalidade de conhecimento científico, e que permitem que um determinado conhecimento produzido seja refeito por um outro pesquisador que queira verificar a adequação dos procedimentos do primeiro. A Ciência é aqui definida a partir da questão clássica: trata-se de um tipo de conhecimento passível de ser recuperado em iguais condições de produção (refazer uma experiência química nas mesmas condições de pressão e temperatura, por exemplo). A Ciência, ou

mais propriamente falando, o procedimento científico, deve ser verificável. Na História, a possibilidade de se recuperar o caminho produzido pelo pesquisador anterior dá-se pela possibilidade de checar as provas (não as interpretações, que desde que corretamente argumentadas serão possíveis em um maior número). Registrar a prova e o lugar da prova (basear-se e citar com rigor a documentação nesta estrutura bi-folheada a que se refere Michel de Certeau em “a operação histórica”), e dar indicações do quadro conceitual e da metodologia escolhida (isto é, das condições de análise) permitiria a um historiador que o conhecimento produzido por um outro atendeu aos critérios de cientificidade exigidos pela disciplina. A cientificidade da História ancora-se portanto no fato de que, como toda Ciência, ela possui regras que possibilitam controlar as operações a partir das quais se produzem certos enunciados. Como a Ciência é definida pela possibilidade de verificação e de reprodutividade da operação que deu origem ao conhecimento científico, e como o essencial da História é relacionado à sua ligação com a Prova e com o rigor argumentativo (e não em função da sua dimensão estética, como propõe o ponto de vista pós-modernista), a relação de assimilação da História pela Ciência torna-se imediatamente possível.

A posição do Historicismo Alemão, conforme vimos – considerando o longo arco que vai desde os seus primórdios rankeanos até a virada relativista de Droysen e Dilthey e para além dela, até chegar a Gadamer – pôde nos trazer outras nuances aparentemente contraditórias que só puderam ser resolvidas por algumas das soluções propostas pela Hermenêutica. Ciência, já desde o Iluminismo e antes mesmo, era comumente definida como um “conhecimento do geral”. Neste sentido, para a concepção Positivista, herdeira conservadora dos pressupostos iluministas, não havia qualquer problema e tudo desde já estava arranjado. A Ciência era conhecimento do Geral (busca de leis regulares que regiam as sociedades e os comportamentos humanos), e a História – uma história universal, válida para toda a humanidade, que no limite poderia ser a história da caminhada do Singular Coletivo rumo à realização da Razão Plena – era também um conhecimento do Geral. Deste modo, a História, como as demais ciências sociais, era não apenas uma ciência como constituía com as ciências naturais e exatas um mesmo tipo de ciências, definível pelos mesmos objetivos de generalização e pela

possibilidade de uma aproximação das metodologias, que deveriam buscar a regularidade. Também o historiador ou o cientista social era um cientista do mesmo tipo que o físico e o botânico, capaz de neutralidade, de observar o seu objeto com distanciamento e destacado dele. Mas o Historicismo propunha um problema, pois continuava a ter à sua disposição a definição de Ciência como estudo do Geral e já queria definir a História como estudo do Particular. Esta perspectiva particularizante do Historicismo, por oposição à perspectiva generalizante do Iluminismo e de seus herdeiros positivistas, recolocava o problema: como poderia haver uma Ciência do Particular? A solução possível foi conceber as Ciências da Natureza e a Ciência Histórica (ou as ciências sociais de modo geral), como dois padrões distintos de ciência. Nos seus desdobramentos, avançados por Dilthey, isso implicava também em conceber dois padrões metodológicos distintos: a 'Compreensão', própria da História ou das ciências do espírito, e a 'Explicação', própria das ciências da natureza. Percebe-se aqui o ajuste que precisou ser realizado para que as duas definições, a de Ciência e a de História segundo os interesses historicistas, finalmente se coadunassem.

No âmbito do historicismo, essa aproximação entre ciência e história gerou dois caminhos. De um lado, um caminho relativista do historicismo em direção a uma intensificação cada vez maior da "consciência histórica", que passando por uma apropriação da filosofia de Heidegger iria ter em nomes como o Gadamer de "Verdade e História" ou o Paul Ricoeur de "Tempo e Narrativa" (1983[1985). Estes são autores que irão aprimorar cada vez mais a distinção entre o padrão metodológico historiográfico por oposição ao padrão das ciências naturais, e que também trabalharão cada vez mais com a subjetividade do historiador enquanto sujeito de produção do conhecimento humano. Em Ricoeur, chega-se a trabalhar a subjetividade leitora, e o seu papel na devolução do conhecimento historicamente produzido ao vivido. De outro lado, permaneceria também uma alternativa historicista mais conservadora, mais imobilizada no momento rankeano (no qual ainda se acreditava na possibilidade de contar os fatos "tais como eles se sucederam"). E houve mesmo, como intermediações conciliatórias entre o historicismo e o desejo de ainda ser uma ciência à moda antiga, "natural", a assimilação eventual de certas influências positivistas e evolucionistas, de modo que alguns

autores chegam a falar de um “historicismo cientificista” que desponta nas últimas décadas do século XIX[11].

A solução proposta por Marc Bloch, de considerar a História como “ciência em construção” também expressa os conflitos entre um conceito de ciência relacionado ao estudo do supra-individual, do que se repete, e um conceito de História compreensivo. Bloch não quer se escravizar ao conceito de Ciência clássico, que o identifica necessariamente à busca das Leis Gerais e que tem por modelo as ciências naturais, mas também não quer romper totalmente com este conceito, uma vez que também os Annales dialogariam com a busca do estrutural (a longa duração) e com o que se repetem (a história serial, os ciclos). Assim, apresentar a História como uma “ciência em construção” é uma boa alternativa. Apresentá-la como “estudo cientificamente conduzido”, de acordo com a proposição de Lucien Febvre, foi também uma solução, aquela que remete mais uma vez à busca de padrões de objetividade na metodologia, na identificação das provas, no fornecimento à comunidade historiadora de elementos para exercer um controle sobre o produto final, tal como propôs também Roger Chartier no texto já comentado.

O debate segue adiante, e dificilmente se esgotará um dia. Se a História é de fato Ciência ou não, no fim das contas, eis aqui uma questão que interessa mais pelas reflexões que coloca em movimento que pela esperança de encontrar respostas definitivas.

---

[11] Essas nuances historicistas são apresentadas por Arno Wehling em seu artigo “Capistrano de Abreu e Sílvio Romero: um paralelo cientificista” (1991, p.267) no qual é proposta uma periodização que se adéqua bem às fases da historiografia brasileira novecentista: teria havido filosófico no século XVIII um ‘historicismo filosófico’, ainda como uma corrente dominada em relação ao predomínio das concepções mecanicistas; durante boa parte do século XIX teria predominado um historicismo romântico ou erudito, metodologicamente correspondente à obra de Ranke e que, no Brasil, expressou-se com a História Geral do Brasil de Varnhagen; por fim, nas últimas décadas do século XIX, particularmente no Brasil, desponta o que Wehling denomina como um “historicismo cientificista, um historicismo que não mais rejeita a possibilidade de encontrar, como Ranke fazia, leis para a História” (WEHLING, 1991, p.267).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

ANDERSON, Perry. *Teoria, Política e História: um debate com E. P. Thompson*. Madri: Siglo XXI, 1985.

ANKERSMIT, F. R. "Historiografia e Pós-Modernismo" In Topoi – Revista de História. V.2. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001 ["Historiography and Postmodernism", *History and Theory*, n°28, 1989, 137-153].

BORDEAU, Louis. *L'histoire et les historiens: essai critique sur l'Histoire considerée comme science positive* Paris : Alcan, 1888.

BRADLEY, F. H. The Presuppositions of Critical History. Collected Essays. Oxford: 1935.

BLOCH, Marc. *Apologie pour l'Histoire ou metier d'historien*. Paris: A. Colin, 1974 [*Apologia da História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001]

CERTEAU, Michel De. "A Operação Historiográfica" In *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.65-119 [original: 1974].

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.65-119 [original: 1975].

CERTEAU, Michel de. Une épistemologie de transition: Paul Veyne. *Annales ESC*. 1972, p.1317-1327.

CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios e propostas. *Estudos Históricos*, n°7, 13, Rio de Janeiro: FGV, 1994. p.100-113.

CHAUNU, Pierre. *Histoire, Science Sociale*. Paris: SEDE, 1974.

COLLINGWOOD, R. G. *A Idéia de História*. Lisboa: Presença, 2001 [original: 1946; póstuma].

CROCE, Benedetto. *A História Reduzida ao Conceito Geral de Arte*. [original: 1893].

CROCE, Benedetto. *Teoria e História da Historiografia*. Bari: Gius, Laterza & Figli, 1920 [original: 1917].

DILTHEY, Wilhelm. *Introduction to the Human Sciences*. Princeton: Princeton University Press, 1991. (1° volume da Introdução ao estudo das Ciências do Espírito, 1883)

http://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/ge/dilthey1.htm. [original: 1883].

DUBY, Georges e LARDREAU, G. *Dialogues*. Paris: Flamarion. 1980.

FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'Histoire*. Paris: A. Colin, 1965.

FURET, François. Editorial. *Annales ESC.*, Paris: A. Colin, 1989.

GADAMER, Hans-Georg *Verdade e Método*. Petrópolis : Vozes, 2008.

GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Lisboa: Calouste Gulbenkien, 1995 [original: 1959].

GARDINER, Patrick. *The nature of historic explanation*. Oxford: Oxford University Press, 1952.

GINZBURG, Carlo. « Sinais: Raízes de um paradigma indiciário » in *Mitos, Emblemas e Sinais – morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.143-179. [original: 1979]

HALDANE, Richard Burdon. *The Meaning of Truth in History*. Londres: 1914.

HARTOG, F. "Les Historiens Grecques" in BURGUIÈRE, A (org). *Dictionnaire des Sciences Historiques*. Paris: PUF, 1986.

HEIDEGGER. *O Ser e o Tempo*. Petrópolis: Vozes, 1997 [original: 1927].

HEMPEL, Carl e OPPENHEIM, P. "Problems of the concept of general law" in DANTO, A, MORGENBESSER, S. (orgs). *Philosophy of Science*. Claveland: Claveland University Press, 1982.

HUIZINGA, Johan. *Sobre el estado actual de la ciencia histórica*. Madrid: Revista de Occidente, 1935.

HUIZINGA, Johan. *El concepto de Historia y otros ensayos*. Madrid: FCE, 1946.

LAMPRECHT, Karl. *What is history? Five lectures on the modern science of history*. New York: Macmillan Co., 1905.

LACOMBE, Paul. *De l'histoire considérée comme science*. Paris : Hacette, 1894.

LE GOFF, Jacques (org). *La Nouvelle Histoire*. Paris: Retz, 1978 [*A Nova História*. São Paulo: Martins Fontes, 1990].

MEYER, Edward. *La Teoria y la Metodología de la Historia* in *El historiador y la Historia Antigua*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1955 [original: 1905].

NORA, Pierre e LE GOFF, Jacques. *História: Novos Problemas. Novos objetos, novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988 [*Faire de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1974]

RICOEUR, Paul *Temps et Récit*. Paris: Seuil: 1983/1985 [*Tempo e Narrativa*. São Paulo: Papirus, 1994].

SIMIAND, François. *Método Histórico e Ciência Social*. Bauru: Edusc, 2003.

TEGGART, P. J. *Theory and Process in History*. New York: 1941.

VEYNE, Paul *Como se Escreve a História*. Lisboa: Edições 70, 1983 [original: Seuil, 1971]

VEYNE, Paul. *O Inventário das Diferenças*. São Paulo: Brasiliense, 1983 [original: 1976].

VEYNE, Paul; "A História Conceitual" in LE GOFF, J. e NORA, P. (orgs). História: Novos Problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

WEBER, Max. *A Objetividade do Conhecimento nas Ciências e Políticas Sociais* São Paulo: Ática, 2006 [original: 1904]

Bibliografia

ARÓSTEGUI, Júlio. "O Surgimento da Ciência da História" in *A Pesquisa Histórica – teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006. p.100-138 [original: 1995].

BOURDIEU, Pierre. *Questions de Sociologie*. Paris: Minuit, 1980.

CULLER, J. *On Desconstruction: Theory and Criticism after Structuralism*. New York: Cornell University Press, 1982.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

HEXTER, J. F. "Braudel and the Monde Braudelien ...". Journal of Modern History, n°4. Chicago: University of Chicago Press, December 1972.

JAPIASSU, Hilton F. *Epistemologia – o mito da neutralidade científica*. Rio, Imago, 1975.

KULA, Witold. Histoire et Economie: la longue durée. *Annales ESC*. n°2, Paris: A. Colin, mar;avril, 1960.

LEFEBVRE, Georges. *La naissance de l'historiographie moderne*. Paris: Flammarion, 1971.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006 [original: 1979].

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Problèmes d'Historiographie Ancienne et Moderne*. Paris: Gallimard, 1983.

NORIEL, G. Pour une approche subjetiviste du social. *Annales Esc*. N°6, Paris: A. Colin, Nov/dez 1989.

POPPER, Karl. *A Miséria do Historicismo*. São Paulo: Cultrix, 1990 [original: 1935]

REIS, José Carlos. Tempo, História e Compreensão Narrativa em Paul Ricoeur. *Locus*, vol.12, n°1, jan/jul 2006. p.17-40.

REIS, José Carlos. *Tempo, História e Evasão*. Campinas: Papirus, 1994b.

REIS, José Carlos."Da História Global à História em Migalhas: o que se ganha, o que se perde?" In *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.177-208.

SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995 [original: 1971].

SCHILP, Paul Arthur (org.) *The philosophy of Karl Popper*. La Salle: Open Court, 1974.

WEBER, Max. *Essais sur La theorie de la Science*. Paris: Plon, 1965.

WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu e Sílvio Romero: um paralelo cientificista, *RIHGB*, Rio de Janeiro, a.152 n°370, jan/mar 1991, p.265-274.

WHITE, Hayden. *A Meta-História – a Imaginação Histórica no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1972[original inglês: 1973].